



A lealdade como doença moral

A Comissão da Verdade empacou na barreira de coturnos. É uma cínica sublevação da tropa

EUGÊNIO BUCCI

20/10/2014 16h03

No começo da semana passada, um militar se recusou a depor diante da Comissão Nacional da Verdade. Mais um. Por evasivas mancomunadas ou silêncios indignos, a caserna vem rechaçando reiteradamente um órgão de Estado de legitimidade indiscutível. Assistimos a uma cínica sublevação da tropa. A Comissão da Verdade, empossada em ato solene conduzido pela atual presidente da República, com a presença de ex-presidentes, só não avança mais porque enfrenta essa barreira de coturnos: a oposição aberta que lhe fazem as mais altas (e as mais baixas) patentes.

O caso da semana que passou dá bem a medida dessa oposição, que já deixou de ser mera desobediência para virar indisciplina afrontosa. Convocado a falar à Comissão, o tenente do Exército José Conegundes do Nascimento resolveu insultar os integrantes do órgão e achincalhar o Estado brasileiro. “Não vou comparecer. Se virem”, rabiscou ele, de próprio punho, sobre a folha de sua convocação, impressa em papel timbrado com o brasão da República. Ao pé da página, ainda escreveu: “Não colaboro com o inimigo”.

Na cabeça de alguém que escreve isso, a nação está às vésperas de desembainhar uma conflagração, um motim para defender o Brasil de seus “inimigos” internos. Mais um pouco, e esse pessoal começará a conclamar uma nova “redentora” e um golpe militar, para pôr fim à bandalheira que quer revolver o passado e identificar torturadores.

Por todos os motivos, a atitude do tenente Nascimento mereceria apenas o desprezo da imprensa que guarda respeito pelas instituições nacionais. Por todos os motivos, a não ser um: com seu destempero, ele põe a nu (apesar da farda) uma das piores doenças morais da ética política no Brasil: a doença chamada lealdade. Com a expressão “se virem”, ele não apenas dispara uma infâmia contra servidores públicos que representam a vontade da presidente (a comandante em chefe das Forças Armadas). Deixa bem claro, por escrito, que não é leal aos órgãos de Estado ou à chefe de Estado, mas a um ideário obscuro, que vê na Comissão da Verdade como que a reencarnação dos exércitos inimigos. No limite, trata-se

de uma disciplina paraestatal.

Na imaginação dele, por certo sua declaração de lealdade dá provas de integridade. Ele se vê como um soldado confiável, que não quebra os votos de subserviência aos mandantes dos atos sobre os quais silencia. É um túmulo em posição de sentido. Isso não significa que ele não possa ser um “homem de bem”, um cidadão de boa-fé. O mais provável é que ele se veja assim mesmo, como um brasileiro de coragem, cerrando fileiras contra os que não querem o bem do Brasil.

Escravo de um entendimento desencabrestado de virtude, o tenente Nascimento lança mão de sua prontidão subalterna, que um dia entendeu como suprassumo da virtude, para sabotar ostensivamente um ideal democrático da Pátria a que jurou servir. Sem se dar conta, incorre numa contradição monstruosa, que o leva a ser o exato oposto do que imagina.

Ele é leal a quem? A um regime de exceção que já sucumbiu. De quem recebe ordens? Do passado. São muitos hoje, dentro das Forças Armadas, aqueles que batem continência a comandantes de uma guerra que já foi sepultada. Batem continência a cadáveres. Como aqueles combatentes veteranos japoneses que, leais ao imperador, se embrenharam em florestas de ilhas do Pacífico durante a Segunda Guerra e, lá dentro, permaneceram por décadas, sem aceitar que o conflito terminara ou poderia terminar um dia, esses integrantes das Forças Armadas brasileiras agem como se fossem o prolongamento de um tempo morto dentro do tempo vivo, contra o qual se põem em armas.

A lealdade como doença moral não se restringe aos corredores sombreados de alguns quartéis. É mais endêmica e mais danosa nas esferas civis. Vemos isso todo dia. Corruptos e corruptores empinam o queixo para afrontar a Justiça e proclamar sua lealdade ao crime (cometido em nome dos oprimidos, bem entendido; um crime mais respeitável que todo o Poder Judiciário). Sua lealdade os impede de pensar – e sua renúncia ao pensamento os impede de ser livres. Como vassalos, militam pelo despotismo de seus senhores. Como os adeptos da ditadura militar, mas com um sinal trocado.

A ética dos torturadores órfãos se reflete na ética dos ladrões que se fantasiam de heróis do proletariado. Eis a omertà à brasileira, a omertà sem nenhum caráter dos que se julgam acima do Estado de Direito e atentam diariamente contra a democracia.